



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

502

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO N. 0002129-54.2012.8.17.0730 (0305560-7)

EMBARGANTE: Município de Ipojuca

EMBARGADO: Geraldo Anselmo de Lima Júnior

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. NATUREZA DE PREQUESTIONAMENTO. DESCABIDA. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS.

- Os presentes aclaratórios pretendem rediscutir a matéria decidida no acórdão guerreado, no intuito de modificar o resultado do julgamento proferido no Recurso de Agravo na Apelação nº 287281-1 por este órgão.

- A matéria já foi decidida e suficientemente fundamentada. A intenção de rediscutir matéria já decidida no julgamento do Recurso de Agravo não se coaduna com a finalidade dos embargos de declaração. Note-se que a afirmativa do Embargante de que houvera omissão no tocante aos argumentos trazidos em seu agravo não merecem prosperar uma vez que os mesmo foram rebatidos na decisão combatida conforme se depreende da leitura do excerto do acórdão.

- "[...] Entretanto, resta inaplicável à hipótese dos autos a Lei Municipal n. 1.494/2008, eis que inexistente lacuna a ser suprida, mediante a utilização subsidiária do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Ipojuca.

- No caso presente, o contrato de trabalho temporário firmado entre as partes submete-se as disposições legais da Lei Municipal n. 1.439/2006, a qual determinou uma jornada mensal de 120 (cento e vinte) horas mensais, inexistindo qualquer referência a adoção de regime de compensação por parte dos guardas municipais".

- Ademais, mesmo nos casos de prequestionamento, os aclaratórios devem ser embasados em hipótese de omissão, contradição ou obscuridade – o que não se verifica na hipótese em tela, pois os pontos relevantes para o deslinde da questão foram objeto de exame e de decisão através do acórdão ora combatido, não se mostrando necessário, como se sabe, que o órgão julgador verse acerca de todas as alegações apresentadas pelas partes, afinal o juiz não está obrigado a responder todas as alegações dos litigantes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por eles e tampouco responder um a um todos os seus argumentos (RJTJESP 115/207).

- Unanimemente conhecidos, porém rejeitados os Embargos Declaratórios.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração em Recurso de Agravo em Apelação n.305560-7 em que figura como embargantes Município de Ipojuca e como embargado Geraldo Anselmo de Lima Júnior,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em rejeitar os declaratórios**, tudo de conformidade com a ementa, o relatório e o voto, que passam a integrar este aresto.

Recife, 26/09/13

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

503

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO N. 0002129-54.2012.8.17.0730 (0305560-7)

EMBARGANTE: Município de Ipojuca

EMBARGADO: Geraldo Anselmo de Lima Júnior

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração opostos em face do acórdão proferido nos autos do Recurso de Agravo n.305560-7 (autos em apenso), que por unanimidade, negou provimento ao recurso.

Em suas razões recursais, o embargante sustenta que a decisão colegiada é omissa, pois não houve manifestação acerca da norma legal segundo a qual o servidor que trabalhasse numa escala de 12x36 não se sujeitaria à carga de 30 horas semanais.

Por fim, requer o embargante o acolhimento dos presentes embargos, com os efeitos daí decorrentes, com a especial finalidade de suprir as omissões apontadas e a exigência de prequestionamento explícito.

Em razão dos embargos declaratórios terem sido interpostos, com efeito, modificativo, o embargado foi intimado para manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias, conforme descrito no despacho de fls.497. Conforme certidão de fls.499, não foram apresentadas contra-razões.

É o relatório.

VOTO

Analisando-se detidamente os autos, verifico que o acórdão hostilizado abordou toda a matéria nos limites em que foi posta em Juízo, destarte, não havendo qualquer obscuridade, contradição ou omissão no Julgado, devendo o decísium injuriado manter-se pelos seus próprios fundamentos jurídicos.

A matéria já foi decidida e suficientemente fundamentada. A intenção de rediscutir matéria já decidida no julgamento do Recurso de Agravo não se coaduna com a finalidade dos embargos de declaração. Note-se que a afirmativa do Embargante de que houvera omissão no tocante aos argumentos trazidos em seu agravo não merecem prosperar uma vez que os mesmo foram rebatidos na decisão combatida conforme se depreende da leitura do excerto do acórdão:

"(...) Entretanto, resta inaplicável à hipótese dos autos a Lei Municipal n. 1.494/2008, eis que inexistente lacuna a ser suprida, mediante a utilização subsidiária do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Ipojuca. No caso presente, o contrato de trabalho temporário firmado entre as partes submete-se as disposições legais da Lei Municipal n. 1.439/2006, a qual determinou uma jornada mensal de 120 (cento e vinte) horas mensais, inexistindo qualquer referência a adoção de regime de compensação por parte dos guardas municipais"

Ademais, pelo teor da peça recursal, vislumbra-se que os presentes aclaratórios pretendem, além de prequestionar alguns dispositivos legais, rediscutir a matéria decidida no acórdão combatido, no escopo de alterar o resultado do julgamento proferido no Recurso de Agravo n.305560-7.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

Ora, os embargos declaratórios não constituem o meio idôneo a elucidar seqüência de indagações acerca de pontos de fato; e nem se prestam para ver reexaminada à matéria de mérito, ou tampouco para a aplicação de dispositivo legal ou ainda para obrigar o magistrado a renovar a fundamentação do decisório (RJTJ-RS 148/166).

Além disso, mesmo nos casos de prequestionamento, como na situação em tela, os aclaratórios devem ser embasados em hipótese de omissão, contradição ou obscuridade – o que não se verifica no caso *sub judice*, pois os pontos relevantes para o deslinde da questão foram objeto de exame e de decisão através do acórdão ora vergastado.

Em outros termos, o simples interesse em prequestionar não conduz a que se dispense a demonstração de existência de qualquer das causas que ensejam os embargos de declaração. Nesse diapasão, confira-se:

"Mesmo nos embargos de declaração com fim de prequestionamento, deve-se observar os lindes traçados no art. 535 do CPC (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material). Este recurso não é meio hábil ao reexame da causa". (STJ – 1ª Turma, REsp nº 13.843-0-SP, rel. Min. Demócrito Reinaldo, j. 06ABR92).

Ante todo o exposto, em razão da ausência dos pressupostos legais ensejadores dos embargos declaratórios, voto pelo **improvemento** dos embargos.

Recife, 26/09/13


Des. Antenor Cardoso Soares Junior
Relator